

---

## DE RESTOS A RASTROS: OS SAMBAQUIS DE CUBATÃO/SP E A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA

### FROM RESTS TO TRACES: THE SHELL MOUNDS OF CUBATÃO/SP AND THE BUILDING OF A BRAZILIAN PREHISTORY

---

Marília Oliveira Calazans  
Mestranda em História - USP  
[mariliaoc@usp.br](mailto:mariliaoc@usp.br)

**RESUMO:** Os sambaquis são um testemunho fundamental da complexidade da ocupação do território sul-americano. Contraditoriamente, nunca ocuparam um papel central nos debates da Arqueologia brasileira, que se dedicou por muitas décadas a estabelecer grandes modelos de Pré-história. Restos acidentais da atividade humana, sítios enigmáticos, monumentos: as diferentes formas de conceber os sambaquis ao longo dos séculos pós-colonização atestam que, da especificidade destes sítios, emergem questões sociais, científicas e institucionais que permeiam toda a história da Arqueologia. Neste artigo, verificaremos a evolução deste debate por meio das pesquisas realizadas nos sambaquis da cidade de Cubatão/SP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sambaqui. Pré-história brasileira. Cubatão.

**ABSTRACT:** The shell mounds are a fundamental witness of the complexity of the south-American territory's occupation. Contradictorily, they have never occupied a central role in the great debates of the Brazilian Archaeology, which, for many decades had been dedicated to establish great models of prehistory. Accidental remains of human's activities, enigmatic sites, monuments: the different ways to conceive the shell mounds over the post-colonization centuries certify that social, scientific and institutional issues come from the specificity of those sites, which traverse all the history of the Archaeology. In this paper, we will verify the evolution of that debate, through the researches conducted at the shell mounds of the city of Cubatão/SP.

**KEYWORDS:** Shell mounds. Brazilian Prehistory. Cubatão.

Eu me arranho e avanço passo a passo abrindo caminho através da mata inteiramente fechada, alta e espinhosa que cobre todo o terreno a partir do final da plantação. Uma excursão à floresta escura e selvagem, onde os raios de sol nunca penetram e onde talvez nenhum ser humano tenha jamais ficado em pé, ultrapassa tudo que se pode imaginar em romântica beleza (LUND, H., 1885 apud LUNA FILHO, 2007, p.62).

O trabalho nas cavernas irá talvez terminar, não porque o desejo de continuá-lo ou o material esteja faltando. É em parte devido à minha saúde [...]. O principal motivo, contudo, são as despesas consideráveis, as quais penso não poder arcar por muito tempo (LUND, Ebba 2002 apud LUNA FILHO, 2007, p. 31; NEVES; PILÓ, 2008, p. 118).

As origens dos primeiros núcleos povoadores do continente americano permanecem, em grande parte, um mistério. Constituem um dos mais emocionantes enigmas científicos apresentados aos charadistas da História do Homem. De um lado, há muitas hipóteses, há fantasias as mais delirantes,

sem a menor base. De outro, alguns fatos impressionantes com base em provas praticamente irrefutáveis [...] (DUARTE, 1968, p. 3).

Os percalços intransponíveis da falta de recursos, as dificuldades de toda ordem apostas à execução dos orçamentos universitários, cortes, congelamentos, e até, muitas vezes, a má vontade contra os institutos de cultura, inclusive universitários, vêm impedindo, desde 1964, o início do curso de pós-graduação [...] interpuseram-se a mesma má vontade de sempre e ainda esta incrível burocracia universitária (DUARTE, 1968, p. VIII).

Neves e Piló sempre deixaram claro que um elemento romântico, quase mitológico, atraiu os dois para o emaranhado de cavernas onde Lund cogitou pela primeira vez o impensável: a idéia de que homens como nós tinham convivido com criaturas tão terríveis e maravilhosas quanto tigre-dentes-de-sabre ou preguiças gigantes [...] (LOPES, R. J. Apresentação. In: NEVES; PILÓ, 2008, p. 11).

Dito de forma mais direta, enquanto nos Estados Unidos faltava material (e atitude) e sobrava competência técnica, na América do Sul havia material, mas faltava competência técnica. [...], por mais recursos financeiros que um arqueólogo disponha para suas escavações, é impossível datar diretamente todos os esqueletos encontrados [...]. Cada datação sobre osso humano custa hoje aproximadamente mil dólares e tem de ser gerada por laboratórios internacionalmente reconhecidos quanto à sua precisão que, para complicar, não existem no Brasil (NEVES; PILÓ, 2008, p. 151-152).

## Introdução

A história do estabelecimento da Arqueologia no Brasil revela que esta tem arrastado questões relevantes e muito parecidas em sua *práxis*, desde seu estágio embrionário, no século XIX, com o pioneirismo de Peter Lund<sup>1</sup> no *carste* de Lagoa Santa (MG) – quando explorou mais de oitocentos sítios e catalogou milhares de fósseis de espécies extintas – até as pesquisas mais recentes, como o bem-sucedido projeto Origens,<sup>2</sup> que, no início deste século, levou pesquisadores de volta à Lagoa Santa, estimulado pela descoberta do esqueleto “Luzia” como o vestígio humano comprovadamente mais antigo da América do Sul e, possivelmente, das Américas, datado entre 11000 e 11500 anos AP.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Peter Wilhelm Lund (1801–1880), naturalista dinamarquês considerado “pai da Paleontologia brasileira”. In: NEVES; PILÓ, op. cit.

<sup>2</sup> Projeto interdisciplinar “Origens e Microevolução do Homem na América: Uma Abordagem Paleoantropológica”, liderado por Walter A. Neves, do Laboratório de Estudos Evolutivos da Universidade de São Paulo – USP e financiado pela agência paulista FAPESP, de 2000 a 2009.

<sup>3</sup> AP: Antes do Presente. Esta data remete ao ano de 1950, ano da invenção da datação radiocarbônica. A calibração da datação de Luzia para anos “calêndricos”, isto é, o convencional, seria de aproximadamente 13 mil anos. (NEVES; PILÓ, 2008, p. 18).

De um lado, a ideia de uma misteriosa e fascinante pré-história, cujos vestígios a serem desvendados estimulam pesquisas, como evidenciado nos discursos de Peter Lund, Paulo Duarte e Walter Neves, Luís Piló e Reinaldo Lopes. Do outro, os percalços causados pela escassez de investimentos. Toda história é permeada por rupturas e permanências. A história da Pré-História brasileira não é exceção.

As primeiras interpretações sobre a pré-história brasileira foram pautadas na observação e estudo de populações indígenas. Para o pensamento europeu, adaptar seus conhecimentos cosmogônicos à realidade pós-descobrimento demandou certo esforço criativo. O Brasil, “país-jardim” (CHAUI, 2000, p. 69), decerto seria o lugar mais próximo do paraíso bíblico do qual Adão e Eva foram expulsos. O comportamento indígena era uma evidência disso: nele – de acordo com a tese – poder-se-ia observar a ingenuidade original, o desconhecimento do pecado, o que justificava a necessidade de uma missão catequizadora.

Os séculos que se passaram e o processo de secularização do pensamento europeu, além do estabelecimento de instituições como o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – em meados do século XIX, embora embasados em outros métodos e pressupostos, não se afastaram muito da ideia original: os indígenas representariam sociedades fósseis, isto é, estagnadas ao longo de séculos de ocupação do continente americano e eram por si a personificação da pré-história brasileira.

Neste período, porém, a ciência emergia como protagonista no estabelecimento destes paradigmas, e a Arqueologia figurava como uma de suas principais ferramentas para execução de tal tarefa. Fosse a partir de intelectuais brasileiros ou estrangeiros, sobretudo entre a *intelligentsia* reunida no IHGB, houve no século XIX significativo esforço em elaborar modelos de história e pré-história brasileira.

Pensar questões que permeiam a seleção de um passado e a classificação deste como “pré-histórico” implica em considerar não apenas fatores técnicos, teóricos ou metodológicos. Isto é, os elementos que interferem na periodização de uma pré-história vão além da precisão nas datações, dos pressupostos teóricos, das abordagens. Elencar uma pré-história significa escolher um marco de historicidade: definir um momento que separa a história de um povo de tudo o que vinha antes. É, portanto, uma questão de identidade e, analisada como tal, sua totalidade deve encerrar disputas históricas, políticas, culturais e sociais.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A história do IHGB é testemunha destas relações: O projeto do Instituto era reunir em torno de si um corpo intelectual capaz de construir uma História Nacional para o Brasil independente. (GUIMARÃES, 1988).

Ocorre que o campo científico é por si um campo de disputas, onde, para ser ouvido, é preciso saber jogar com as regras do jogo. Para estabelecer-se e derrubar paradigmas solidamente instalados é preciso mais que competência: são necessários respeito da comunidade acadêmica internacional, além de recursos em alta monta. Estes foram, em vários momentos, os principais impedimentos na consolidação de modelos pré-históricos sul-americanos na literatura acadêmica internacional.

Outrossim, disputar espaço entre modelos interpretativos, quando os vigentes são oriundos de instituições ou comunidades acadêmicas tradicionais, com amplo respaldo no senso comum, é um desafio que permeia toda a história da pesquisa em Pré-História no Brasil.

O caso das pesquisas em Lagoa Santa retrata bem este cenário litigioso. Lund, ainda no século XIX, fez descobertas que contestavam não só grandes modelos interpretativos, como suas próprias convicções luteranas sobre a criação do mundo. Para a comunidade internacional, a possibilidade de humanos terem convivido com a megafauna,<sup>5</sup> ou mesmo a possibilidade de haver fósseis humanos era absurda.<sup>6</sup> Dessa forma, as descobertas de Lund permaneceram durante décadas em gavetas de museus, até que suas teses fossem novamente consideradas, com a Missão Franco-Brasileira,<sup>7</sup> nos anos de 1970, e o projeto Origens, nos anos 2000.

Mesmo entre estas últimas, a batalha para alargar os limites da compreensão da(s) migração(ões) do ser humano para a América é árdua. Elas vão de encontro ao modelo de ocupação “Clóvis” ou “Clovis-first”, elaborado nos Estados Unidos ainda no início do século XX, e que supõe que todas as populações nativas americanas descendam de uma única leva de migração, ocorrida na última glaciação (c. 12000 AP), por um corredor resultante do congelamento no mar de Bering. Nem a antiguidade, tampouco a compreensão craniana de Luzia atestam esta tese. No final nos anos de 1990, a prospecção facial de Luzia revelou que a população de Lagoa Santa pode ser evidência de uma outra leva migratória, mais antiga que a sugerida pelo modelo Clovis, e descendente não de populações mongólicas, mas de australo-melanésias. (NEVES; PILÓ, 2008).

---

<sup>5</sup> Megafauna é o nome que se dá ao conjunto de animais gigantes que habitavam o Brasil, inclusive o cerrado brasileiro, e que foram extintos na transição do Pleistoceno para o Holoceno (c. 11000 AP). E.g. Preguiça-gigante, tigre-dentes-de-sabre, mastodonte, etc.

<sup>6</sup> “*Il n’y a point d’os humains fossiles*”. CUVIER, Georges. Discours sur les Révolutions sur le Surface du Globe, 1825 apud LUNA FILHO, 2007, p. 41.

<sup>7</sup> Missão Franco-Brasileira, coordenada por Annette Laming-Emperaire, iniciada em 1973 a partir de um convênio entre o Centre National de la Recherche Scientifique, o Museu Nacional e a Universidade Federal de Minas Gerais. (GASPAR, 2004, p. 20-21).

Inserida neste debate e à margem dele está a questão das primeiras ocupações do litoral brasileiro, que datam de cerca de 8000-1900 AP e cujos testemunhos fundamentais são os sítios arqueológicos chamados pela palavra de origem tupi “sambaqui”.

Os sambaquis de Cubatão, no litoral de São Paulo guardam, provavelmente, os vestígios mais antigos deste tipo de ocupação no Brasil. Objeto de diversos estudos e expedições desde o século XIX, os sambaquis nunca foram estudados e compreendidos em sua totalidade. Ao todo, no município de Cubatão, são nove registrados pelo IPHAN, sob proteção de lei federal e tutela da Universidade de São Paulo desde os anos de 1960.

Estes sítios serão nossa referência, em microescala, da evolução das pesquisas arqueológicas e da construção de uma pré-história brasileira. Por meio da análise das pesquisas desenvolvidas nestes sítios, de suas referências mais antigas, projetos científicos, pedagógicos e patrimoniais produzidos desde o século XIX, buscaremos compreender as discussões políticas e científicas que permearam estas questões durante o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas.

A partir da especificidade do contexto sambaquieiro, este trabalho pretende debater os principais empecilhos no desenvolvimento e estabelecimento da Arqueologia no Brasil, além de compreender a situação dos sítios pré-históricos brasileiros na memória, história e identidade social do país.

### **Arqueologia brasileira: do privado ao público**

A Arqueologia brasileira do século XIX se encerra dentro do contexto nacionalista romântico, da valorização das origens de um povo. Na prática, seu objetivo era conferir nobreza ao passado de um lugar chamado Brasil, nação recém-nascida a quem o governo imperial procurava atribuir caráter de civilização (BARRETO, 1999-2000; FERREIRA, 2003; FUNARI, 2003; GUIMARÃES, 1988). As pesquisas arqueológicas da época dedicavam-se, portanto, a estudar povos indígenas e a buscar os vestígios de arquitetura monumental que confirmariam a tese de que os indígenas seriam a degeneração de uma grande civilização do passado.<sup>8</sup> Esta suposta civilização seria a colonizadora do continente, e esta ideia delimitava temática e temporalmente as pesquisas arqueológicas. O estudo de épocas anteriores caberia à

---

<sup>8</sup> Esta tese é original do artigo “Como se deve escrever a História do Brasil”, do naturalista bávaro Karl Philip Friederich Von Martius. Vencedor de concurso homônimo proposto em 1840 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, orientou e influenciou pesquisas históricas e clássicas interpretações sobre o Brasil até o século XX (REIS, 2000).

História Natural, ciência que buscava compreender do ponto de vista paleoambiental a evolução ou sucessão de eras geológicas.

Dessa forma, a construção da ideia de uma pré-história americana, no século XIX, esbarrava em limitações metodológicas, mas, sobretudo em impedimentos de ordem ideológica. Isto pois, por mais que se considerasse alheios ao pensamento mitológico, quase não havia espaço entre os pressupostos da ciência da época que admitisse uma ocupação humana do continente americano em tempos remotos.

A prática arqueológica era realizada por colecionadores, intelectuais amadores, curiosos e museus, que o faziam sem leis específicas ou regulamentações, mesmo após a elevação da Arqueologia ao *status* científico, conferido pelo IHGB em 1847. No âmbito privado, era encarada como uma atividade de prestígio, um *hobby*, mas também um indicador de refinamento. Não era incomum o trânsito internacional de peças arqueológicas raras, oriundas de escavações pela Grécia ou Egito, por exemplo, a fim de adornarem galerias e salões particulares.

Por outro lado, as explorações arqueológicas científicas eram essencialmente fundamentadas em hipóteses criacionistas. Os princípios norteadores destas pesquisas buscavam quase sempre constatar a veracidade dos relatos bíblicos da criação, ainda que vestígios paleogeológicos testemunhassem fortemente contra a cronologia estabelecida pela Bíblia e pela Igreja. Quando Peter Lund realizou suas primeiras descobertas no *carste* de Lagoa Santa (MG), nos idos da década de 1840, seus achados atestaram evidências da convivência de seres humanos com “as grandes bestas extintas”. Suas teses foram tão rapidamente difundidas quanto refutadas pela comunidade científica nacional e internacional (LUNA FILHO, 2007, p. 128).

Entre o amadorismo e a cientificidade estavam, portanto, paleontólogos e arqueólogos no século XIX. Para a Ciência, de modo geral, a existência de seres humanos em eras anteriores à “atual” era hipótese descartada. Dessa forma, a relevância da pesquisa em sítios pré-históricos para o delineamento das primeiras ocupações do território brasileiro foi ignorada e a manutenção e preservação destes sítios foi severamente negligenciada.

Mesmo no período republicano, o debate acerca da proteção do patrimônio arqueológico, a despeito de inúmeros esforços e projetos de lei, apenas em 1961 resultou em uma lei mais abrangente e em âmbito federal. Esta década é caracterizada pelo fortalecimento das instituições de pesquisa. Entretanto,

Em um momento que não havia diferenças significativas entre “profissionais” e “amadores”, a categoria de “arqueólogo profissional” foi construída no bojo da campanha de proteção dos sítios e em oposição aos “amadores”. [...] [Estes] foram proibidos de continuar o trabalho de coleta de dados, e sítios foram totalmente destruídos sem que houvesse qualquer tipo de registro. Por outro lado, os “arqueólogos” desenvolveram uma linguagem restrita à comunidade científica, sem qualquer compromisso com a divulgação dos resultados de pesquisa para a sociedade brasileira (GASPAR, 2004, p. 18-19).

Assim, o estabelecimento da Arqueologia como ciência apenas será compreendido se considerarmos o processo de concepção de seus pressupostos científicos, além das influências sociais, políticas e ideológicas desta época. Mas é a partir da relação peculiar entre estes fatores que podemos entender a questão patrimonial no Brasil atual.

### **Patrimônio arqueológico sob a ótica legal**

No Brasil, a formalização legal da proteção a sítios arqueológicos foi resultado de um processo de décadas. Foram diversos esforços originários de várias instituições, políticas e intelectuais, entre o primeiro e já tardio projeto de lei, proposto pela Sociedade Brasileira de Belas Artes em 1920, defendendo a nacionalização dos recursos, até a lei atual, nº 3924/1961.

Entretanto, o decurso da subordinação da questão às leis entre as décadas de 1920 e 1960 esbarrou na indefinição do valor pré-histórico dos sambaquis. Segundo Paulo Duarte (1968, p. 5), o primeiro Código de Minas (Decreto-Lei nº 1985/1940), assinado durante o Estado Novo, classificou indiscriminadamente terraços e sambaquis como “jazida mineral natural”, o que trouxe graves prejuízos à Arqueologia no Brasil. De fato, nesse contexto, a nacionalização das jazidas minerais, antes de visar a proteção de sítios pré-históricos, coadunava com as políticas desenvolvimentistas do período varguista. Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 4146/1942 estabeleceu uma vaga discriminação entre as explorações econômicas e científicas.

Duarte afirma ainda que “Em São Paulo, porém, graças à vigilância implacável do Instituto de Pré-História, a lei [nº3924/1961] vigora” (1968, p. 5). A particularidade da Lei nº nº3924/1961 é que esta abrange qualquer monumento pré-histórico ou arqueológico, a estatização destes bens, a preservação por parte do Estado e a insubmissão destes às regras gerais da propriedade privada.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Em “Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage”, Funari e Bastos estabelecem a longa cronologia dos projetos de lei sobre a questão patrimonial. In: SILVERMAN; ISBELL (Ed.), 2008.

A regulamentação atual sobre o patrimônio arqueológico nacional institui, em resumo, que: a) Sítios arqueológicos e pré-históricos pertencem à União; b) Conservar os sítios é dever do poder público; c) Difundir e promover o acesso às fontes da cultura nacional é dever do Estado; d) É dever do Estado formar pessoal qualificado para a gestão da cultura; e) Os danos e ameaças ao patrimônio serão punidos como previsto em lei; f) É necessária licença ambiental que considere contexto arqueológico e etno-histórico antes da execução de empreendimentos potencialmente danosos ao patrimônio.<sup>10</sup>

Em Cubatão, especificamente, a Lei Orgânica do município, de 1990, reproduz sua obrigação relativa ao patrimônio histórico e cultural – preservação, defesa e difusão – prevista em lei federal e estadual. Acrescenta, porém, no artigo 7º, a criação de um organismo de fiscalização e controle. A inexistência deste órgão constitui impedimento para tombamentos em nível estadual (CONDEPHAAT) e federal (IPHAN). Mesmo com a exigência em lei federal e a previsão na própria Lei Orgânica, tal instância foi finalmente criada apenas em 2003, chamada de CONDEPAC, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Cubatão e composta por funcionários públicos, especialistas e munícipes. Dentre os tombamentos realizados na esfera municipal, ainda não constam os sambaquis da cidade. Estes, porém já se encontram sob registro do IPHAN.

Sob o ponto de vista legal, portanto, o patrimônio arqueológico está bem amparado desde os anos de 1960. Se a Arqueologia brasileira ainda é uma questão marginal, o problema, como constataremos adiante, está além da dimensão das leis.

### **Os sítios sambaquieiros: de restos a rastros**

Por definição, sambaquis – também conhecidos como casqueiros, concheiros, terraços, berbigueiros ou ostreiras – são grandes montes artificiais compostos por restos faunísticos característicos da região litorânea (mariscos, berbigões, conchas e ossos de aves e de pequenos mamíferos) que, acumulados ao longo de milhares de anos, conformaram enormes monumentos que serviram de acampamentos ou cemitérios, mas, sobretudo, como marcos paisagísticos para os colonizadores do litoral brasileiro, anteriores aos povos ceramistas dos quais descendem as comunidades indígenas atuais (GASPAR, 2004).<sup>11</sup> Segundo Blasis, os

<sup>10</sup> Cf. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, art. 22, 23, 215 e 216; e IPHAN, *Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002*.

<sup>11</sup> Paulo Duarte (1968) e MaDu Gaspar (2004) apresentam imagens de escavações em sambaquis, bem como artefatos líticos e sepultamentos. No volume VI da *Revista do Museu Paulista* (1904, p. 735-736), há dois mapas

sítios que ocorrem no litoral atlântico estão entre os assuntos mais estudados na Arqueologia brasileira e, no entanto, permanecem um dos “contextos arqueológicos menos compreendidos até hoje” (BLASIS, 2005, p. 6).

Embora tenham despertado interesse científico (o próprio imperador D. Pedro II, o imperador ilustrado, acompanhou escavações em São Vicente [PROUS, 1992, p. 8; GASPAR, 2004, p. 12]), os sítios sambaquieiros não ocuparam papel de destaque entre os pesquisadores naturalistas brasileiros. Isto pois, apesar das evidências, hoje incontestáveis, prevaleceu entre os cientistas do século XIX a antiga ideia de que tais “ostreiras” eram resultantes de acúmulo natural de comida.

A questão da artificialidade dos sítios sambaquieiros permaneceu em pauta até a primeira metade do século XX. E até hoje, é uma das poucas questões encerradas em torno deste assunto (BLASIS, 2005, p. 7). Contudo, com a hegemonia da tese da origem natural, o debate não avançou muito. A explicação para os sepultamentos e acúmulo de conchas era a indolência dos índios: se morriam, eram depositados nos montes e cobertos com restos de comida. Outras explicações, mais antigas, pautavam-se nas hipóteses catastrofistas<sup>12</sup> para afirmar que a origem dos sambaquis era os grandes buracos pelos quais escoou a água que inundou o planeta durante o grande dilúvio bíblico.

Nos anos de 1960 e 70, com o estabelecimento de dois grandes programas de pesquisa – o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)<sup>13</sup> e a já citada Missão Franco-Brasileira, cada qual com interesses específicos – os sambaquis ficaram novamente à margem das pesquisas e da proteção patrimonial prevista em lei. O que significou em muitos casos a exploração continuada dos sítios para obtenção de matéria-prima das indústrias de cal, pavimentação, adubo e ração animal. Esta exploração, a qual Paulo Duarte chamou “necrófila e bárbara” (DUARTE, 1968, p. 6), resultou em prejuízo irrecuperável: perda de artefatos de osso e pedra, além de ossadas humanas que jaziam há milênios sob conchas, triturados para suprir as demandas do desenvolvimentismo econômico do Brasil de meados do século XX.

---

da região litorânea do sul de São Paulo, indicando a ocorrência de sambaquis. Dorath Uchôa e Caio Garcia também apresentaram, na revista *Arqueologia*, nº 5 (1986, p. 48), um mapa da região, destacando a Ilha do Casqueirinho e os sambaquis do local.

<sup>12</sup> O catastrofismo é a base das teorias de Georges Cuvier (1769–1832). Segundo esta tese, sucessivas revoluções na superfície do globo explicariam a existência de fósseis de espécies extintas. (LUNA FILHO, op. cit., p. 46;49).

<sup>13</sup> Coordenado pelo casal estadunidense Betty Meggers e Clifford Evans, criado em 1965 e apoiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico (IPHAN), pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e pelo Smithsonian Institution. (GASPAR, op. cit., p. 20; BARRETO, 1999-2000, p. 44).

Porém, para além da negligência em torno da questão sambaquieira, o PRONAPA e a Missão Franco-Brasileira difundiram um modelo interpretativo com raízes na Arqueologia do século XIX, uma perspectiva evolucionista linear, que explica o desenvolvimento das sociedades humanas a partir do formato: populações nômades sucedidas por sedentárias, forrageadores sucedidos por agricultores. O problema é que este paradigma se mostrou inconciliável com as evidências guardadas nos sambaquis e incapaz de compreender a questão da longa duração das ocupações destes sítios, habitados por populações de caçadores-pescadores-coletores e – no entanto – aparentemente sedentárias.<sup>14</sup>

A sistematização dos estudos arqueológicos no Brasil, contudo, trouxe resultados positivos. As evidências mostram que as hipóteses clássicas de desenvolvimento social não cabem na América do Sul (ISBELL, 2008, p. 1155). É preciso que se elabore abordagem e método próprios, para que se esboce um panorama da ocupação pré-histórica do território brasileiro, mistério cuja solução reside em parte sob estes depósitos de conchas do litoral.

### **Sítios de Cubatão: referências antigas, pesquisas pioneiras, projetos frustrados**

Os sítios sambaquieiros de Cubatão foram frequente e intensamente estudados desde o período colonial. A referência mais antiga está em seu próprio nome: sambaqui, derivado do Tupi “tamba” (concha) e “ki” (amontado ou depósito), literalmente, significa “monte de conchas”, denominação que denota a “capacidade de observação e síntese dos falantes Tupi” (GASPAR, 2004, p. 9).

Do período colonial, as explicações e relatos mais antigos datam ainda do século XVI, por missionários como Padre Fernão Cardim e do século XVIII, por Frei Gaspar da Madre de Deus, que relatou o seguinte:

Tanto é a antiguidade dessas Ostreiras [...] que a umidade pelo decurso dos tempos veio a dissolver as conchas de algumas delas, [...] petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão sólidas [...] Destas conchas dos mariscos que comeram os índios [...] Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas e n'algumas acham-se machados (o dos índios eram de seixo muito rijo) pedaços de panelas quebradas, e ossos de defuntos, pois que se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia de cemitério a Ostreira, na qual depositavam o cadáver e depois cobriam de conchas

---

<sup>14</sup> O modelo de evolução social linear prevaleceu nas interpretações antropológicas do século XX. Segundo esta tese, as sociedades evoluem do móvel para o fixo, isto é, do nômade ao sedentário; transição acompanhada de mudanças na estrutura social: da mais simples, bando, passando por tribo, chefia, até a mais complexa, o Estado.

(*Memórias para a História da Capitania de São Vicente* apud FERREIRA et al., 2007, p.9).

Em 1876, Dom Pedro II, patrono da ciência, acompanhou escavações em Cubatão (FERREIRA; PASSERANI, 2005, p. 24; PROUS, 1992, p. 8; GASPAR, 2004, p. 12). Neste período, vimos, a exploração arqueológica estava fortemente vinculada à questão nacional. A província de São Paulo, por sua vez, passava por um vultuoso processo de modernização e enriquecimento, com a expansão para o Oeste impulsionada pela economia cafeeira. A vila de Cubatão, que sempre figurara na história como um lugar de passagem,<sup>15</sup> pouso para viajantes que realizavam o percurso Santos – São Paulo, permaneceu como tal. A mudança, contudo estava na quantidade de pessoas e riqueza que passavam por ali.

No período republicano, Benedicto Calixto, artista e estudioso autodidata itanhaense, publicou na Revista do Museu Paulista em 1904: “Ora, isto diziamos nós em 1894 ou 95, entretanto, não obstante termos ainda sobre sambaquis a mesma idéia que tínhamos naquella época, jamais nos resolveríamos a tratar desse assumpto” (CALIXTO, 1904, p. 491). Neste mesmo volume, Calixto apresenta um mapa da região litoral sul de São Paulo, com mais de vinte dos “principaes sambaquis, hoje destruídos” (p. 735). Seu objetivo era refutar teses veiculadas na mesma Revista de que ou os sambaquis tinham formação natural, ou não tinham valor pré-histórico, por serem resultado dos trabalhos nas caieiras. Entretanto, por trás de uma discussão acadêmica, é latente em seu texto o desejo de que a ciência legitimasse os sambaquis como sítios pré-históricos, a fim de preservá-los contra a destruição promovida pela indústria caieira: “Nesse clamor aos poderes publicos, fazemos côro com A. Löfgren, H. Von Ihering e outros que tanto se interessam pela questão de conservação dos sambaquis” (CALIXTO, 1904, p. 504).<sup>16</sup>

Os sambaquis também são citados em obras literárias como *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto e, anos depois, *Macunaíma* (1928), do paulista Mário de

---

<sup>15</sup> Este estigma de “lugar de passagem” está sugerido, por exemplo, no título *Cubatão: Caminhos da História* (FERREIRA; TORRES; BORGES, 2005). O principal espetáculo teatral da cidade, promovido há oito anos pela companhia cubatense *Teatro do Kaos* chama-se *Caminhos da Independência* e versa sobre o tema que é considerado o ápice da história oficial da cidade: o descanso do príncipe Dom Pedro I em Cubatão, antes de proclamar a independência do Brasil, devido a uma suposta dor de barriga. (Informação pessoal da autora). Os rifões são diversos. Por último, cito o hino de Cubatão, que canta à cidade: “[o padre jesuíta José de] Anchieta ao passar a caminho do mar, sempre quis te abençoar com o sinal da Santa Cruz”.

<sup>16</sup> Albert Löefgren, botânico sueco que empreendeu pesquisas nos sambaquis do litoral paulista. Hermann Von Ihering, fundador e presidente do Museu Paulista, defensor da origem natural dos sítios.

Andrade.<sup>17</sup> Se vinculada ao tradicional ou ao moderno, as duas obras são importantes referências na literatura de cunho nacionalista no Brasil.

Paul Rivet, americanista francês e presidente do *Musée de l'Homme* de Paris, engrossou o coro em defesa dos sambaquis de Cubatão em 1928: “A exploração científica dos sambaquis do litoral brasileiro apresenta enorme interesse, como verifiquei pessoalmente, visitando os sambaquis de Cubatão, perto de Santos. Um estudo sistemático desses depósitos forneceria seguramente dados capitais para a solução do problema das origens do Homem Americano” (PROUS, s/d, p. 2).

As primeiras décadas do século XX marcam também a fase da pioneira industrialização de Cubatão. Sua localização privilegiada, entre o porto de Santos e o Planalto Paulista, a possibilidade de obtenção de energia pela queima da madeira ou por usina hidrelétrica, foram, para Jutta Gutberlet (1996, p. 101), fatores decisivos para os primeiros assentamentos e investimentos no setor industrial de Cubatão. O aumento populacional, abertura de estradas e a implantação do Polo Industrial fizeram de Cubatão a menina dos olhos do processo de industrialização do país. Em movimento de sentido oposto, entre as décadas de 1930 e 1950, as pesquisas nos sambaquis diminuem sensivelmente, enquanto, desprotegidas pela lei, estas jazidas ficam à mercê da exploração mineradora.

Nos anos de 1960, o sambaqui de Piaçaguera, na área continental da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA, foi explorado nas duas décadas subsequentes, por pesquisadores vinculados ao Museu Paulista, ao *Musée de l'Homme*, e ao recém-fundado Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. As primeiras pesquisas foram realizadas em 1963, por arqueólogos vinculados a estas três instituições. A despeito das dificuldades apontadas por Paulo Duarte, inicia-se uma fase produtiva para a Arqueologia do litoral paulista.

Em 1972, inicia-se a exploração dos demais sítios da área industrial da COSIPA, liderada pelo professor André Prous, então pesquisador do *Musée de l'Homme*. A pesquisa constatou a presença de cinco jazidas, uma delas completamente destruída. Estas explorações dataram o sítio Piaçaguera, o sambaqui continental de 4995 anos. Além da verificação da

---

<sup>17</sup> Em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, lê-se: “Entre nós, tudo é inconsciente, provisório, não dura. [...] À direita [da casa da velha Maria Rita] havia um monturo: restos de cozinha, trapos e conchas de mariscos, pedaços de louça caseira – um sambaqui a fazer-se para gáudio de arqueólogo de futuro remoto [...]”. (BARRETO, 1997, p. 29-30). *Macunaima*, por sua vez, guarda uma referência mais modesta, com uma simples menção na página 32 (ANDRADE, 1996). Não por coincidência, Mário de Andrade é um dos protagonistas na questão da legislação patrimonial. Entre inúmeras iniciativas, é co-criador do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, instituição precursora do IPHAN.

antiguidade deste sítio, as pesquisas complementaram a formação de estudantes do curso de Pré-História da USP.<sup>18</sup> Em relatório apresentado sobre a pesquisa, professor Prous afirma que “De acordo com entendimentos mantidos, todo o material arqueológico (lítico e ósseo) será cedido à municipalidade cubatense, quanto for constituído do Museu Histórico Regional de Cubatão” (PROUS, s/d, p. 4). Mais adiante, cita: “Em Cubatão, ultimamente, os pesquisadores tem obtido tanto apoio, tanto da Prefeitura Municipal, quanto de outras entidades” (p. 10).

O levantamento realizado por esta pesquisa não conseguiu apurar que tipo de apoio foi oferecido pela prefeitura a esta pesquisa. Fácil foi constatar que o Museu Histórico citado jamais ultrapassou o plano das ideias.

A COSIPA, por sua vez, celebrou convênio com o Instituto de Pré-História (IPH) da USP nos anos de 1980, quando, com as obras de ampliação de seu porto, foram descobertas jazidas na Ilha do Casqueirinho, associadas a uma caieira da época colonial. Os vestígios arqueológicos estudados ficaram sob tutela desta universidade, hoje, sob guarda do MAE/USP. A partir destas pesquisas, também foram geradas datações para os sambaquis da Ilha do Casqueirinho, entre 4210 e 1180 AP (UCHÔA; GARCIA, 1986, p. 47).

Deste convênio, chamado COSIPA-USP/IPH, sairia um projeto pioneiro, subsidiado pela siderúrgica que transformaria os 29 hectares da Ilha do Casqueirinho em um parque arqueológico. De acordo com Dorath Uchôa:

O Parque do Casqueirinho contará com um museu, que mostrará a cultura material pré-histórica, pela preservação de um sambaqui na forma “sítio-escola”, além de “testemunhos” de outros sambaquis e o remanescente da época colonial, representado pela consolidação das ruínas de um forno de cal e anexos, construídos pelos portugueses nos séculos XVII ou XVIII, junto aos sambaquis. A flora e a fauna serão reconstituídas, procurando-se aproximar-se o mais possível das condições naturais em que vivia o “Homem de Sambaqui” (UCHÔA et al., s/d, p. 35).

Embora estes sambaquis permaneçam preservados, o sítio-escola foi outro projeto que não se consolidou. Possivelmente, o processo de privatização da COSIPA, no início dos anos de 1990, tenha sido impedimento para a continuação do projeto.

---

<sup>18</sup> A formação de arqueólogos é um problema que se arrasta desde esta época, até os dias de hoje. Não obstante a quantidade de bens tombados pelo IPHAN, a previsão no artigo 216º da Constituição de 1988 e a demanda gerada pela portaria IPHAN 230/2002, são raríssimos os cursos que oferecem esta formação na graduação. No estado de São Paulo, não há nenhum programa de graduação específico para este fim. A formação se dá pela opção de disciplinas eletivas no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE), ou de programas de pós-graduação oferecidos pelo MAE e pelo Centro de História da Arte de Arqueologia (CHAA) da Unicamp.

Nos anos 2000, o arqueólogo Manoel Gonzalez também dedicou seu doutorado a pesquisas nos sambaquis Cosipa e no Piaçaguera. Alicerçado nos estudos anteriores, seu objetivo foi estudar uma dimensão simbólica na vida social do Homem de Sambaqui<sup>19</sup> do litoral paulista. Pode-se dizer que este pesquisador colocou os sambaquis de Cubatão na ordem do dia, após mais de uma década de ostracismo. Gonzalez elaborou projeto semelhante ao de Uchôa nos anos de 1980: a criação de um parque arqueológico, no qual os sítios sambaquieiros Cotia-Pará I e II<sup>20</sup> – localizados no Parque Municipal Cotia-Pará, em perímetro urbano da cidade – tornar-se-iam sítios-escola. A história repetiu-se como tragédia e, com o projeto aprovado e a verba liberada pelo IPHAN, o recurso foi perdido devido a atraso nos trâmites burocráticos (Informação verbal. GONZALEZ, 2011).

Esta rápida cronologia das explorações científicas dos sambaquis cubatenses permitenos notar um problema fundamental, anunciado por MaDu Gaspar: o estudo de sítios isolados não têm significado sociológico, ou seja, “o conjunto de sambaquis é a unidade mínima de ocupação do litoral” (GASPAR, 2004, p. 27). A destruição de um sambaqui, tenha sido pela industrialização do século XX ou pela predecessora indústria caieira, determinou não só a perda de informações contidas nele, como também um hiato sociológico em toda a investigação.

Tal lacuna foi considerada por Dorath Uchôa e Cario Gracia:

Inúmeros são os estudos feitos isoladamente sobre a pré-história da Baixada Santista [...] O estudo dos sambaquis da Ilha do Casqueirinho, no entanto, se insere num projeto global para o litoral do estado de São Paulo, tendo por objetivos identificar biológica e sócio-culturalmente os primeiros habitantes da Baixada Santista, analisar padrões de assentamento e procurar localizar o foco inicial de surgimento da cultura dos construtores de sambaquis [...] Os cinco sambaquis, possivelmente os últimos dessa região a serem correlacionados em seus diversos aspectos entre si e aos demais sambaquis [...], são subsídios indispensáveis à verificação de como se deu a interação dessas populações [...] (UCHÔA; GARCIA, 1986, p. 45-46).

E, após a interrupção do convênio COSIPA-USP/IPH, a ideia foi retomada nos trabalhos de Gonzalez, que investigou relações rotineiras e esporádicas entre sítios do litoral de São Paulo, distantes entre si dezenas de quilômetros.

Contudo, o fato de existirem sítios não estudados demonstra que a teia de relações dos povos sambaquieiros não está completamente estabelecida e, seja do ponto de vista

<sup>19</sup> Inicialmente, a terminologia “Homem de Sambaqui” foi empregada no século XIX e denotava uma discriminação racial. Atualmente, seu sentido agrega essencialmente um caráter étnico.

<sup>20</sup> Os estudos nestes sítios não passaram de uma prospecção primária, que constatou sua artificialidade.

arqueológico ou antropológico, no litoral paulista ou no Brasil, a questão sambaqueira está longe de ser esgotada.

### **Os sambaquis na memória oficial cubatense**

Para efeito de análise, selecionamos também, a partir do acervo do Arquivo Histórico de Cubatão, os materiais disponíveis para divulgação destes sítios na cidade. O objetivo desta etapa é esboçar como estes sítios, para além da visão política ou acadêmica, o que representam os sambaquis na memória oficial cubatense. Definimos esta memória como “oficial”, porque este material está vinculado, de uma forma ou de outra, ao poder: seja porque foi produzido pelo governo, seja porque foi financiado por verbas públicas, ou porque representa a “história geral” do município.

Começamos com os manuais de história: conformam cinco livros, publicados entre 1973 e 2008: *Caminho do Mar: Subsídios para a história da Cubatão* (PERALTA, 1973); *Cubatão: história de uma cidade industrial* (PINTO, 2005); *Cubatão: A rainha das serras* (FERREIRA; PASSERANI, 2005); *Cubatão: Caminhos da História* (FERREIRA; TORRES, BORGES, 2007); e *Cubatão* (LISBOA, 2008). Os quatro mais recentes contam entre cem e duzentas páginas cada e seguem o modelo “da pré-história aos tempos atuais”. Todos concordam em classificar o povo sambaqueiro como um “antecedente do homem contemporâneo” (FERREIRA; PASSERANI, 2005, p. 23), ou como “primitivo habitante” da região de Cubatão (FERREIRA; PASSERANI, p. 24; PINTO, 2005, p. 17; FERRIRA; TORRES; BORGES, 2007., p. 8). Apresentam os sítios com informações técnicas, ancorados nas pesquisas realizadas entre os anos de 1970 e 80.

Uma característica comum a três deles – *Cubatão: história de uma cidade industrial*, *Cubatão: A rainha das serras* e *Cubatão: Caminhos da História* – chama atenção: as duas ou três páginas dedicadas aos sambaquis de Cubatão aparecem sucedidas por um longo hiato histórico, até o período colonial. A lacuna de mais de mil anos causa estranheza. Sabe-se que estes sítios foram ocupados por populações indígenas ceramistas entre o desaparecimento do povo sambaqueiro e a chegada dos europeus. Além disso, à revelia dos missionários jesuítas, houve intensa escravização indígena em São Paulo, sobretudo no século XIX.

A partir desta constatação, percebemos que, ao passo que há um esforço em incluir os sambaquis na pré-história cubatense, há omissão de significativa parte do período pré-

colonial, protagonizada por populações indígenas. Estas foram ainda completamente excluídas da história do período colonial narrada nessas obras.

Apenas na obra *Cubatão*<sup>21</sup> houve maior esforço em contextualizar os sítios no tempo e no espaço. Lisboa cita que, em uma favela da cidade, onde há remanescentes de sambaquis, a população local tem economia semelhante à sambaqueira, baseada na coleta de crustáceos e na pesca.

A publicação mais antiga, *Caminho do Mar: Subsídios para a história da Cubatão*, de Inez Peralta, data de 1973 e é a mais dissonante neste painel. O primeiro capítulo, *De porto indígena a fazenda geral*, a autora situa o povo do sambaqui não apenas como contemporâneos aos indígenas tupis, mas como sendo parte dele: “Os sambaquis encontrados em Piaçagüera, nos terrenos atualmente pertencentes à Cia. Siderúrgica Paulista (Cosipa), demonstram terem existido nessa região aglomerados de indígenas, algumas centenas de anos antes da chegada dos europeus”. O engano da historiadora é compreensível, pois sua pesquisa, realizada em meados da década de 1960, é contemporânea às primeiras abordagens arqueológicas que geraram datações estratigráficas e paleoambientais, e anterior às radiocarbônicas. Entretanto, não há registro do período colonial que demonstre que os indígenas mantiveram o hábito de edificar sambaquis.

Para além dos trabalhos destes historiadores, há duas publicações vinculadas à Prefeitura que visavam difundir o conhecimento da história da cidade e mencionavam os sambaquis. Uma delas é a publicação do relatório de André Prous *Exploração científica dos sambaquis de Cubatão*, sem data, dirigida a um público restrito; e outra, um boletim informativo expedido pela Secretaria de Meio Ambiente em 1993, que explica: “Quando você estiver passeando pelo litoral e se deparar com uma montanha de conchas, saiba que ali estão vestígios de outros brasileiros que há milhares de anos já gostavam do mar e dele retiravam seu alimento [...] Ao visitá-los, lembre-se que são importantíssimos para o conhecimento de nosso passado.”

O anacronismo do texto seria comovente, se representasse ao menos uma possibilidade real. Nenhum dos sambaquis de Cubatão são acessíveis em um simples “passeio pelo litoral” por estarem em mata fechada ou área industrial. Tampouco são reconhecíveis como uma “montanha de conchas”, pois, uma especificidade dos sambaquis de Cubatão é que as conchas são associadas à terra preta. A fertilidade desta mistura fez com que os sambaquis sejam cobertos de vegetação.

---

<sup>21</sup> Obra comemorativa dos 50 anos da indústria Copebrás.

Não é possível afirmar, portanto, que os sambaquis tenham sido ignorados pela memória e história oficiais da cidade, contudo, também nunca representaram uma questão de vulto. Esta inexpressividade, sabemos, também pode ser questionada: no material que pesquisamos, o patrimônio referente à época colonial e de industrialização é privilegiado, de modo a sugerir que a ocupação do território de Cubatão tenha sido uma façanha do período colonial.

### **Considerações finais: entraves políticos ou científicos?**

A história do tratamento dos sambaquis de Cubatão revela que os esforços políticos e científicos poucas vezes se somaram a favor destes sítios. Protegidos contra a exploração econômica praticada por quase quatro séculos, resolvida a questão de sua artificialidade e de seu valor (pré-) histórico, ainda faltam explorações científicas permanentes, a facilitação do acesso a estes sítios e a popularização desta questão. Fazer de um sítio arqueológico um patrimônio demanda mais do que decretos e datações: implica em processo de assimilação social, sem a qual as mensagens edificadas nestes monumentos terão pouco ou nenhum sentido.

Neste caso, a antiguidade dos sambaquis não representou sua legítima inserção na memória local. Embora o desaparecimento do povo sambaqueiro permaneça inexplicado, é evidente que muitos de seus traços culturais foram incorporados pelos indígenas de tradição ceramista e mesmo pelas populações ribeirinhas. Por exemplo, a habilidade na pesca e coleta de moluscos, a intimidade com o ambiente marítimo fluvial, ou mesmo o hábito de usar os concheiros como plataformas de trabalho ou de morada. Vistos desta forma, a herança sambaqueira estaria também protegida pelo artigo 216º da Constituição brasileira, na qualidade de patrimônio imaterial.

Lembrar e esquecer são processos inerentes à vida social. Porém, nem a mudança de hábitos implica em mudança ou perda de identidade, tampouco certos traços culturais podem ser apagados tão facilmente.

Os sambaquis não são um acúmulo ocasional de restos de comida, tampouco são obras da natureza. Estes grandes monumentos são resultantes de um trabalho social orquestrado, local de morada e sepultamento, onde os aspectos profano e sagrado do povo do sambaqui estão parcialmente preservados (BLASIS, 2005, p. 15). Isso significa que homens e mulheres – os primeiros humanos a habitarem a porção territorial litorânea do Brasil – erigiram estes

monumentos como marcos paisagísticos, mas também como uma mensagem a ser preservada para a posteridade. Preservá-los e inseri-los na memória social não será possível sem uma grande ação conjunta de diversos setores sociais.

Após anos de marginalização, a Arqueologia sul-americana parece fazer maiores contribuições à imagem nacional e à construção de identidade (ISBELL, 2008, p. 1153). Contudo, a pré-história brasileira figura até hoje como uma pendência. Então, duas questões emergem no desfecho deste artigo. Primeiro, quais são as razões para o insucesso do estabelecimento de uma pré-história brasileira? Depois, por que os sambaquis, estes monumentos milenares, sempre conformaram uma questão marginal dentro dos debates da pré-história?

Estas são questões para estudos futuros. Por ora, a análise dos sítios sambaquieiros, inseridos no contexto de ocupação do território brasileiro, nos permite concluir que, quando novas tentativas de esboçar a pré-história brasileira forem empreendidas, elas deverão ser tão polifônicas quanto são as narrativas históricas. Do contrário, não será pré-história, mas a (perigosa) reprodução de discursos dominantes, que não assimilam memórias marginais, tampouco enobrecem a história oficial: apenas condenam ao esquecimento esta porção de passado. Para além da compreensão dos mecanismos do esquecimento, dar voz às memórias soterradas é um dos encargos sociais de todo historiador.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Edição Crítica. Coord. Telê Porto Ancona Lopez. Madrid *etc*: ALCA XX, 1996.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, nº 44, p. 32-51, dez-fev 1999-2000.

BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição Crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros. Madrid *etc*: ALCA XX, 1997.

BLASIS, Paulo de. *Os sambaquis vistos através de um sambaqui*. 2005. 138 f. Monografia (Livre Docência em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 22 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1985, de 29 de março de 1940. Código de Minas de 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111067/codigo-de-minas-de-1940-decreto-lei-1985-40>>. Acesso em: 19 jun 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº4146, de 04 de março de 1942. Dispõe sobre a proteção de depósitos fossilíferos. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=2>>. Acesso em: 19 jun 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)>. Acesso em: 19 jun 2012.

CALIXTO, Benedicto. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaen e de Santos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, vol VI, p. 490-518, 1904.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CUBATÃO – CONDEPAC. Disponível em: <<http://condepaccubatao.blogspot.com.br>> Acesso em: 20 maio 2012.

DUARTE. *O sambaqui: visto através de alguns sambaquis*. São Paulo: IPH-USP, 1968.

FERREIRA, C. C.; TORRES, F. R.; BORGES, W. R. *Cubatão: Caminhos da História*. Cubatão: do autor, 2007.

FERREIRA, Cesar Cunha; PASSERANI, Marildo (Ed.). *Cubatão: a rainha das serras*. São Paulo: Noovha América, 2005.

FERREIRA, Lúcio M. História petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 17, nº 18, p. 11-40, 2003.

FUNARI, Pedro P. Arqueologia, comunidade e liberdade. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 17, nº 18, p. 11-40, 2003.

GASPAR, MaDu. *Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GLIESCH, Rudolf. *Sambaquis*. s/d. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

GONZALEZ, Manoel Mateus Bueno. *Tubarões e Raias na Pré-História do Litoral de São Paulo*. 2005. 2v. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *O homem de Sambaqui*. Palestra no Museu Jóias da Natureza, em São Vicente/SP, em 21 de maio de 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, nº1, p. 5-27, 1988.

GUTBERLET, Jutta. *Cubatão: Desenvolvimento, Exclusão Social e Degradação Ambiental*. Trad. Kay-Uwe Gutberlet. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996.

HINO DE CUBATÃO. Disponível em: <<http://www.cubatao.sp.gov.br/historia/hino-cubatao/>>. Acesso em: 21 maio 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>> Acesso em: 22 maio 2012.

ISBELL, W. H. Conclusion. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William (Ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008.

LISBOA, Murilo. *Cubatão*. São Paulo: Beca, 2005.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. 2007. 465 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NEVES, Walter A.; PILO, Luís B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

PERALTA, Inez Garbuió. *O Caminho do Mar: Subsídios para a história de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch030a.htm>> Acesso em: 02 jun 2012.

PINTO, Celma de Souza. *Cubatão: História de uma cidade industrial*. Cubatão: Ed. do autor, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO. *As montanhas de conchas*. Boletim informativo. Junho de 1993. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

\_\_\_\_\_. *Excursão Histórico Fluvial*. Folder. 1978. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Município*. Disponível em: <[http://www.camaracubatao.sp.gov.br/arquivos/lei\\_organica\\_cubatao.pdf](http://www.camaracubatao.sp.gov.br/arquivos/lei_organica_cubatao.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2012.

PROUS, André. *A pré-história brasileira e as jazidas de Cubatão (SP)*: Em busca das origens do Homem Americano. s/d. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

\_\_\_\_\_. *Exploração científica dos sambaquis de Cubatão: Em busca das origens do homem americano*. s/d. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William (Ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008.

UCHÔA, D. P. et al. Parque do Casqueirinho: proposta de preservação arqueológica, ecológica e histórica em terreno da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). *Anais da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia brasileira – SAB*. s/d. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

UCHÔA, D. P. *Programa arqueológico, histórico e turístico de recuperação e manejo ambiental da Ilha do Casqueirinho*. s/d. Acervo Arquivo Histórico de Cubatão.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Caio del Rio. Ilha do Casqueirinho, Estado de São Paulo, Brasil: Dados arqueológicos preliminares. *Arqueologia*. Curitiba, 5, p. 43-54, 1986.

VON MARTIUS, Karl F. P. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

## **Acervos**

Arquivo Histórico de Cubatão

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP

ARTIGO ENVIADO EM: 15/01/2013  
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 26/05/2013